



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 2/2008

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,
REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL
DE 2008: -----**

----- Aos vinte e dois dias do mês de Abril do ano de dois mil e oito, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelos Exmos. Srs. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário, e D. Sara Raquel dos Santos Fresco, em substituição do Sr. Paulo Manuel Reigota dos Santos, 2º Secretário, por este se encontrar ausente. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Eng.º Carlos Manuel Brites Monteiro, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Fernando Manuel dos Santos Alves, Narciso Patrão António, Luís Filipe da Cruz Barreto, João Maria Nogueira, Prof. Maria Elzita de Miranda Seixas, Dr. Luís Miguel Domingues Mingatos, Dr. Paulo Jorge dos Santos Grego, Eng.º Virgílio de Miranda Cravo Roxo, Prof. Ana Maria Baião Seabra Ramos, Gabriel Miranda Pinho, Prof. Luís Manuel de Jesus Lourenço, Carlos Alberto dos Santos Milheirão, Albano Manuel da Rocha Lourenço, António Cardoso Alberto e Mário de Jesus Manata. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----

----- A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

11 de Janeiro, justificou as faltas dos senhores deputados Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, Dr. Luis Filipe da Silva Cainé, Dr^a. Isabel Cristina Carvalho Jorge, Paulo Manuel Reigota dos Santos e Manuel Ferreira Inocêncio. -----

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram dezassete horas e trinta minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido verificadas as presenças e ausências anteriormente referidas, do mesmo modo que o sr. Presidente da Mesa deu conhecimento das participações de falta dos senhores deputados Dr. Luis Filipe Cainé, Paulo Manuel Reigota e Dr^a. Cristina Jorge.-----

-----**APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:**-----

-----Foi posta à aprovação do plenário a acta da sessão anterior, realizada em 29 de Fevereiro de 2008. -----

-----Interveio o Deputado Sr. Gabriel Pinho para dizer que na parte respeitante à sua intervenção, inserta na página 8, a mesma não estava completa, porquanto mais de 80% daquilo que tinha dito não constava no texto, nomeadamente, o custo do licenciamento na Câmara Municipal de Cantanhede, assim como também relativamente à resposta dada pela sr^a. Eng^a. Paula que não estava correcta, não reflectia o que tinha sido dito e gostaria que as coisas não fossem deturpadas e fosse feita a devida correcção, pelo que solicitou que lhe fosse facultada a audição da gravação para confirmar o que tinha sido dito.-----

-----O Sr. Secretário da Mesa, Eng^o. Calisto Coquim disse que a Mesa propunha à Assembleia que a acta não fosse aprovada naquela sessão, de forma a poder ser dada a



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

oportunidade se ser ouvida a gravação, tal como tinha sido solicitado pelo Sr. Gabriel Pinho e, uma vez que tinha ali sido ventilado o nome de uma técnico da Câmara Municipal, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se tinha alguma informação adicional para prestar, de forma a aclarar a situação exposta. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara disse que a situação tinha que ser esclarecida e a discussão alargada, dados os seus antecedentes, até porque tinha já motivado publicação de artigos no jornal, por parte do Sr. Deputado Gabriel Pinho a colocar em causa, quer os serviços, quer a própria Câmara Municipal, pelo que se estava no sítio certo para fazer os esclarecimentos julgados convenientes e para a Câmara Municipal assumir as suas eventuais lacunas e também para rejeitar o que eventualmente não fosse verdade; que, o próprio Presidente da Assembleia tinha considerado a matéria de grande relevo, tendo-se disponibilizado para marcar uma sessão extraordinária para debate do assunto; que, a Câmara se sentia “atacada”, faltava alguma comunicação e algum diálogo e esclarecimento daquela situação e eventualmente de outras que se prendiam com alguns empresários do Concelho, uma vez que era o Executivo e os técnicos da Câmara Municipal que estavam a ser postos em causa. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia lembrou que o debate já tinha ali sido suscitado e tinha sido assumido que valeria a pena analisar tais questões de uma forma aprofundada em sessão expressamente marcada para o efeito, independentemente dos esclarecimentos pontuais que deviam ser dados, quer tecnicamente, quer sob o ponto de vista político, pelo que não seria bom retomar o debate sobre a matéria naquele



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

momento, sendo preferível o agendamento de uma sessão específica para o efeito, pelo que tinha intenções de auscultar os líderes de bancada sobre o assunto e, posteriormente, proceder à marcação de uma sessão extraordinária. -----

----- PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” :-----

-----Iniciou-se este espaço da sessão com a intervenção do deputado Dr. Paulo Grego que começou por parabelizar a Câmara Municipal pela realização das Jornadas Culturais da Gândara, era uma das marcas do actual executivo que apenas tinha tido interregno no tempo do executivo do PSD e que, mais uma vez, tinha ficado provado ser uma iniciativa a louvar. Continuando, e sabendo que a obra não era da responsabilidade da Câmara Municipal, questionou o corte da passagem inferior da variante na estrada conhecida pelo “troço da couve” que estava a provocar algum incómodo para as populações que utilizavam a estrada. Terminou, pedindo esclarecimento relativamente a uma notícia que tinha visto no jornal local “Voz de Mira” onde constava que a empresa “Leal & Soares Lda.” podia vir a sair de Mira e onde o Administrador da empresa, Carlos Soares, dizia que a sua empresa não estava a ser respeitada pelo poder político local e que o Executivo nunca tinha tido tempo para o atender, respondendo a Câmara Municipal que não tinha recebido nenhum pedido de reunião. Continuando disse, atendendo a que a notícia tinha extrapolado aquilo que se tinha passado na Assembleia Municipal, devia ser dada oportunidade, naquela sessão, à Câmara Municipal de esclarecer tal situação. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Interveio o Sr. Deputado Carlos Milheirão, fazendo dele as palavras proferidas pelo Sr. Deputado Dr. Paulo Grego no tocante às Jornadas Culturais da Praia de Mira que tinham decorrido excepcionalmente, dando os parabéns à Câmara Municipal e a toda a organização. Relativamente à cerimónia de inauguração da Lota, disse que não tinha apreciado as farpas que lhe tinham sido, directamente, enviadas pelo Sr. Presidente da Câmara, acrescentando que tinha uma “couraça” e por esse motivo lhe tinham passado ao lado. No que dizia respeito à casa velha que se encontrava no meio das dunas disse que, sabia da existência de um processo em tribunal na tentativa de solucionar o problema, contudo, tinha lido num jornal um artigo escrito por um dos herdeiros da casa e sobre o qual lhes dava toda a razão, ainda mais, depois de se ter apercebido da existência de dois pesos e duas medidas na actuação das autoridades; que, aquela casa não tinha sido construída por estar em cima da duna mas, em contrapartida, tinham sido construídos seis armazéns enormes em cima da duna. Mais uma vez questionou relativamente aos protocolos com as Juntas de Freguesia e disse que não passavam de promessas no ar. -----

----- O Sr. Deputado Gabriel Pinho usou da palavra e começou por dizer que existia um grande problema nos Carapelhos devido à travessia da ponte na A17. Tinha preparado um abaixo-assinado dirigido à Câmara Municipal que estava suspenso por aconselhamento de alguém. Explicando, disse que a travessia da ponte da Presa para Carapelhos tinha largura de um metro e tal, só passava um carro de cada lado, terminando a ponte havia um regueiro e o resguardo, os peões não tinham mais nada e



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

já várias pessoas iam sendo lá atropeladas, inclusive, já lá tinha sido atropelando o Sr. Picado do Corticeiro de Baixo que passava de bicicleta. Continuando, disse que se tinha dirigido à Brisa a qual o mandou dirigir-se ao Instituto de Estradas de Portugal onde lhe foi dito que o projecto e o plano tinham estado em discussão na Junta de Freguesia e que não tinha havido qualquer tipo de reclamação ou sugestão. Disse, depois, que anteriormente tinham uma estrada com passeios onde podiam andar à vontade e agora, com tantos alunos a fazerem o percurso para a escola de bicicleta, uma vez que não existem autocarros públicos a passarem lá diariamente como na maior parte do Concelho, as condições eram péssimas. Mais disse que na Junta Autónoma de Estradas o tinham aconselhado a ir à Junta de Freguesia para que esta enviasse um ofício naquele sentido e que ainda lhe tinha sido dito que os engenheiros da Câmara Municipal tinham a obrigação de ter visto que a obra estava a ser mal feita; que, o caso estava nas mãos da Junta de Freguesia e esperava que o problema fosse resolvido com a ajuda da Câmara Municipal, que não tinha dado conta daquele problema por os técnicos da própria Câmara não terem visto. Terminando e em resposta ao Sr. Deputado Dr. Paulo Grego disse que de facto o que estava no jornal não correspondia àquilo que estava na acta; que, aquilo que constava no jornal correspondia aquilo que tinha dito o mesmo não acontecia com a acta; que, já não era a primeira vez que acontecia, uma das vezes a acta tinha ido três vezes para corrigir ficando por resolver com a desculpa de que a cassette se tinha estragado. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Maria Ribeiro Reigota, no uso da palavra, disse que como tinha sido referido pelo Sr. Deputado Carlos Milheirão de facto as Jornadas Culturais tinham corrido bem, no espírito de que para a próxima as coisas corram ainda melhor. Agradeceu a participação do Sr. Deputado nas próprias Jornadas e relativamente às farpas que disse que lhe tinham sido enviadas, o Sr. Presidente disse que o Sr. Deputado devia estar equivocado porque não lhe tinha enviado farpas absolutamente nenhuma, não se tinha dirigido ao Sr. Deputado absolutamente em nada, apenas se limitou a fazer um discurso onde contava aquilo que se tinha passado no abstracto, nomeadamente que existiam pessoas que não concordavam com aquela obra sem se referir implicitamente ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia ou ao cidadão Carlos Milheirão; que, tinha amizade e confiança suficiente com ele para conversar sobre qualquer assunto e que não era num discurso que lhe iria enviar as farpas. Relativamente à casa velha disse que tinha estado com o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego em Lisboa na Secretaria de Estado do Ordenamento do Território por causa daquele assunto e também da limpeza Barrinha; que, sobre a Barrinha tinham boas notícias e sobre a Casa estavam a aguardar um parecer da Procuradoria-Geral da República para depois o Governo poder emitir uma posição. Quanto aos cinco e não seis Armazéns, como o Sr. Deputado tinha referido, que estavam em cima da Duna disse que não tinha termo de comparação com aquilo que lá existia anteriormente. No tocante à questão dos Protocolos com as Juntas de Freguesia, disse que dentro das dificuldades existentes iriam ver se conseguiam estabelecer os Protocolos porque continuavam a acreditar em



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

todas as Juntas de Freguesia para o desenvolvimento do Concelho. Passando para a intervenção do Sr. Deputado Gabriel Pinho, no tocante à A17 e travessia da ponte, embora reconhecesse as preocupações relativas à vida dos peões, lembrou que a vida dos peões tem sido bastante ameaçada na EN109 devido a ausência de uma via alternativa como a A17; que, agora que a obra estava feita e bem feita na sua globalidade, pronta a ser inaugurada, aquelas situações de risco tinham de ser vistas e estavam já a ser vistas pela Câmara Municipal, mas como era um projecto do Estado competia à Câmara Municipal e Juntas de Freguesia apenas reclamar. Disse ainda que o reparo ou ataque que o Sr. Deputado, mais uma vez, tinha feito aos técnicos da Câmara Municipal era bastante descabido visto que qualquer cidadão responsável tinha o direito e dever de participar na Consulta Pública. Quanto à intervenção do Sr. Deputado Dr. Paulo Grego, agradeceu os elogios feitos sobre as Jornadas Culturais e quanto ao corte na variante para a Praia disse que a preocupação do executivo era a abertura em tempo útil, apesar do tempo de construção ir até Setembro, gostariam que estivesse aberta para a época balnear, mas que já tinham feito chegar às entidades competentes situações como a que o Sr. Deputado tinha alertado. Prosseguindo, disse que haviam situações que tinham de ser esclarecidas relacionadas com algumas intervenções do Sr. Deputado e Empresário Gabriel Pinho; que, tinha ficado bastante preocupado quando tinha lido as notícias onde constavam as queixas feitas pelo Sr. Deputado, indagando logo de seguida a situação, através do Sr. Vice-Presidente da Câmara, Dr. Manuel Martins, que seguidamente pediu à Chefe de Divisão, Eng.^a Paula Oliveira informação sobre o



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assunto e que o Sr. Presidente passou a ler: *“Relatório sobre o artigo de opinião publicado em jornal local pelo Senhor Deputado da Assembleia Municipal Gabriel Pinho, a pedido do Vereador, Dr. Manuel Martins. Na sequência do pedido de informação de Vossa Excelência e confrontada com o artigo de opinião publicado em jornal local pelo Senhor Deputado da Assembleia Municipal Gabriel Pinho, vejo-me forçada a repor a verdade dos factos.* -----

----- Assim, e salvo o devido respeito, os factos relatados carecem de verdade, senão vejamos: -----

----- 1) Em finais de 2006 (Setembro/Outubro) o Munícipe supracitado solicitou pessoalmente (ele próprio e sozinho se deslocou a estes Serviços) ao Sector de Projectos e Gestão de Planos (SPGP) informação sobre a capacidade urbana de um terreno, sito nos Carapelhos, sem que tivesse referido qual a finalidade desta consulta. Aqueles Serviços, informaram-no unicamente de que o referido prédio se localizava em área abrangida pelo PDM de Mira, estando parte em “Espaço Urbano de Transição” (EUT) e a restante parte em “Espaço de Ocupação Condicionada (não REN nem RAN)” (EOC);-----

----- 2) Mais tarde, no início de 2007, o Munícipe fez chegar ao SPGP, através do seu técnico, um desenho com os limites do terreno, semelhante ao do cadastro, sobre o qual os Serviços Técnicos fizeram a delimitação da mancha do espaço urbano. Neste segundo contacto, segundo informação daquele Gabinete, foi referido que o edifício a implantar neste terreno se destinaria a comércio;-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----3) Num terceiro contacto, também informal, ocorrido em 27/03/2007 – dado retirado da minha agenda – foi-nos entregue pelo técnico do Município, uma planta semelhante à anterior mas agora já com a representação do polígono de implantação da futura construção. Neste momento foi-nos informada, pelo já referido técnico, com algum detalhe, qual seria a função deste edifício e quais as actividades a desenvolver nele. Tal possibilitou a análise pelos Serviços Técnicos da pretensão quer no que respeita à classificação do tipo de estabelecimento – armazenagem – quer no que se referia ao PMOT em vigor na área, cujas conclusões seriam comunicadas ao requerente em reunião ocorrida posteriormente – ver esboço ora elaborado pelos Serviços, de que se anexa cópia, para compreensão da questão ora exposta; -----

----4) Pela descrição (oral) feita sobre o uso a dar ao referido edifício, pôde concluir-se que o Município pretendia aí instalar um armazém de apoio ao já existente no terreno situado defronte a este e destinado a comércio por grosso, como já foi referido no parágrafo anterior; -----

----5) Ora, o referido polígono (espaço em planta que delimita o edifício) implantava-se na sua totalidade em EUT, aplicando-se a ele, entre outras, a norma do n.º 3 do Art.º17 do regulamento do PDM, a qual obriga o edifício a afastamentos mínimos aos limites laterais dos terrenos (armazéns localizados em lote próprio) de 5,00 m. Tal limitação inviabilizaria a implantação do edifício pretendido pelo requerente, por se encostar aos limites laterais, face à reduzida largura desta frente do terreno! -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----6) De posse daquela informação, e ainda antes da realização da referida reunião, os Serviços estudaram outras alternativas viáveis ao edifício pretendido pelo Município (identificadas no parágrafo 8) desta informação); -----

-----7) Prova disso é a cópia que anexo, relativa a um relatório que elaborei na sequência de uma consulta feita aos Serviços da DRABL existente no meu arquivo pessoal, para aferir sobre a possibilidade da implantação do edifício na outra parte do mesmo terreno classificada no PDM como EOC (viável nos termos da alínea c) do n.º 1 do Art.º41); -----

-----8) Finalmente, em 19/04/2007 – dado retirado da minha agenda – ocorreu uma reunião com o Município em causa, durante a qual comunicou-se àquele as conclusões do estudo relativo à implantação pretendida e ainda das alternativas àquela, face à violação do PDM da solução por ele proposta, nomeadamente: **a.** A alternativa já referida em 7) desta informação; **b.** A implantação no local referido em 5) de um edifício com dois pisos, o rés-do-chão destinado ao uso pretendido pelo requerente e o 1.º andar para habitação, a qual excluiria a aplicação da norma do n.º 3 do Art.º17 do regulamento do PDM (e então, aplicando-se o n.º 1 do mesmo artigo) permitindo que os afastamentos laterais fossem nulos; **c.** A ampliação do edifício existente sobre terrenos contíguos; **d.** A implantação do novo edifício noutros terrenos situados na envolvente – no Concelho de Mira – com áreas mais generosas (o que implicaria a sua aquisição pelo requerente); -----

----- 9) Todas estas alternativas foram rejeitadas pelo requerente.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----10) Não restando mais alternativas válidas para o Município, este informou-nos que era possuidor de um terreno situado nas redondezas do seu estabelecimento – no Concelho de Cantanhede – e que iria consultar os respectivos Serviços Técnicos para aferir da sua capacidade de construção; -----

----11) Sobre estes contactos resta-me informar V. Ex. que o Município em causa, sobre a sua pretensão, não solicitou a esta Autarquia qualquer tipo de informação por escrito, nenhum pedido de informação prévia nos termos do Art.º14 do D.L. n.º 555/99 de 16 de Dezembro, nem mesmo, certidão de capacidade urbana nos termos do art.º 62 do CPA ou informação pelo Art.º61 do CPA. -----

--- Mais informo V. Ex. que consultei os Serviços Locais das Finanças e a Conservatória do Registo Predial sobre o prédio em questão, tendo concluído que o Município adquiriu este prédio (artigo n.º 2010 da Freguesia de Carapelhos) em 08/07/2003. Em 28/11/2006 realizou-se a escritura de compra e venda, tendo o referido prédio passado a pertencer à Firma Oliveira, Pinho & Filhos, Lda., momento este posterior à primeira consulta aos Serviços Técnicos desta Autarquia referida em 1) desta informação (na qual eu não estive presente) onde apenas se informou qual a capacidade do prédio e muito anterior ao nosso conhecimento sobre o uso e implantação do edifício, o que veio a ocorrer apenas em Março de 2007, ao contrário do referido no artigo. -----

--- É o que me cumpre informar sobre o ocorrido, face à inexistência de processos nestes Serviços e ao tempo decorrido sobre aqueles acontecimentos. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- *Resta-me concluir com alguns comentários:* -----

---- *a) Sendo o Munícipe em causa, para além de cidadão activo e muito interessado no desenvolvimento deste Concelho, Deputado da Assembleia Municipal desde tempos remotos, conhecedor dos instrumentos de planeamento em vigor neste Concelho resultante da sua função naquele órgão, desconhece o conteúdo do regulamento do PDM, instrumento que ele mesmo discutiu e aprovou naquele papel?* -----

--- *b) Não entendo quando o Munícipe refere que demoro cerca de 6 meses a conceder uma reunião, quando, tenho atendimento semanal por marcação, e em casos urgentes, recebo, se possível, no próprio dia;* -----

---- *c) Se este pedido envolvia tantas despesas, porque não solicitou, como é norma e usual, informação por escrito, num dos termos referidos em 11) desta informação?* ----

---- *d) É importante referir que, tal como foi informado ao Munícipe ou ao técnico que o representou em todas as reuniões informais que ocorreram desde o início, o terreno em causa tem capacidade construtiva para o fim pretendido, desde que a sua implantação não viole as normas do regulamento do PDM devidamente aprovado pela Assembleia Municipal e em vigor desde Setembro de 1994!* -----

---- *e) Note-se que o Munícipe apenas reuniu comigo uma única vez, ao contrário do que refere no seu artigo!* -----

---- *f) Mais refere que em meados de 2007 o terreno em causa estava em seu nome, quando na realidade (dados obtidos junto das Finanças e da Conservatória do Registo Predial) tal terreno já era propriedade nesta altura da Firma Oliveira, Pinho & Filhos,*



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Lda. (desde 28/11/2006) ... -----

---- g) Refere ainda que só lhe comuniquei que a sua pretensão, não era viável (na forma proposta pelo mesmo) em finais de 2007, quando tal aconteceu em 19/04/2007! -

---- h) Para além de muitas outras e relevantes imprecisões de que padece tal artigo!!! -

----i) E, para finalizar, resta-me apenas referir que pedidos nesta Autarquia de licenciamentos semelhantes a este, desde que entrados correctamente instruídos, têm tido respostas médias de 2 meses!” -----

---- Continuando, e relativamente ao assunto da firma “Leal e Soares” ainda levantado pelo Sr. Deputado Dr. Paulo Grego, disse que tinha sido com bastante tristeza que viu notícias nas primeiras páginas dos jornais porque se tratava de um empresário importante no Concelho e porque o que estava escrito nos jornais não correspondia à verdade; que, o Sr. “Leal e Soares” já tinha construído fora da zona industrial, não respeitando o PDM, tinha já feito todo o tipo de intervenções ilegais como na Quinta da Corujeira e no Pólo I, naturalmente que a Câmara Municipal não podia compactuar com ilegalidades grosseiras. Contou, que tinha sido pressionado por habitantes da Lagoa, quando o Sr. “Leal e Soares”, na Quinta da Corujeira tinha aberto valas e a água não chegava lá; por habitantes das cochadas queixando-se que tinham sido cortados caminhos a que sempre tinham tido acesso; que, se tinha deslocado à Quinta da Corujeira onde ia sendo atacado por dois cães bastante perigosos que lá estavam, entretanto apareceu o filho do Sr. Leal e Soares a quem o Sr. Presidente questionou relativamente às licenças da intervenção que andavam a fazer porque apesar da boa



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

intervenção que estava a ser feita, havia regras a cumprir e que provavelmente não estavam a ser cumpridas uma vez que tinha recebido queixas de vários habitantes. Disse, que não era verdade que tinha rejeitado qualquer reunião ou contacto ao Sr. Leal e Soares e era com muita tristeza que via situações como aquela a irem para o Jornal e a serem aproveitadas como conotações políticas. -----

---- Eram dezoito horas e cinco minutos quando entrou o Sr. Deputado Fernando Manuel dos Santos Alves. -----

-----Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António e pegando nas palavras do Sr. Presidente da Câmara, disse que apesar de estar num abancada que não era afecta à Câmara Municipal, sempre se tinha disponibilizado e sempre tinha agido de uma forma e de modo a que as suas intervenções não tivessem conotação política; que, a sua maneira de fazer política era ali, nunca tinha escrito em jornais, embora por vezes tivesse vontade de o fazer, questionando ali as situações de uma forma rigorosa e isenta. Disse, que na acta anterior tinha sido acusado de muitas coisas inclusive de demagogo e que também tinha chamado a atenção que haviam algumas empresas cujo nome não tinha revelado, fruto da sua actividade profissional, que revelavam algum mau estar e que estariam para sair de Mira. Prosseguindo, disse que a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, com todo o respeito que lhe tinha, não tinha sido a mais feliz, que apesar de a Câmara Municipal estar ferida de alguns ataques não podia encarar as situações com ataques pessoais ou partidários. Mais, que a pessoa em questão chamava-se Carlos Soares e não Leal e Soares e o artigo de opinião que vinha no jornal “Voz de Mira” era da firma Leal



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e Soares, a segunda maior empregadora a nível do Concelho de Mira, facto que não lhe dava benesses e falta de rigor no ordenamento do território mas aquilo que o empresário dizia no artigo era que não era recebido pelo Sr. Presidente da Câmara e que os serviços não lhe davam uma resposta e não as situações elencadas pelo Sr. Presidente da Câmara que também não estavam elencadas no artigo; que, não seria benéfico criar uma guerrilha institucional entre a Câmara Municipal e o empresário, pessoa que conhecia muito superficialmente, apenas por força do contacto profissional não lhe movendo qualquer tipo de amizade. Terminando a questão, disse que a intervenção do Sr. Presidente da Câmara carecia de algum rigor naquele aspecto, embora verificasse que tinha alguma razão naquilo que tinha dito, na sua opinião devia tratar os empresários de forma diferente, acima de tudo recebe-los ou fazer um desmentido àquela questão.-----

---- Na questão da hasta pública do Golfe, perguntou se já existiam novidades e acrescentou que de facto já tinham sido aprovadas as condições de acesso mas que tinha tido conhecimento de alguns contactos que tinham sido feitos quer individualmente quer por empresas e algumas pessoas sabendo que é de Mira manifestam-lhe muitas vezes o agrado e desagrado com algumas situações, nomeadamente o “*modus operandi*” como estava a ser lançada a hasta pública, que todos os empresários que tinha falado manifestavam que seria muito mais rentável para o próprio Concelho se existisse um caderno de encargos seria muito mais fácil até porque quem estivesse a concorrer saberia aquilo que a Câmara queria, podendo na mesma impor algumas regras se o desejasse e no caso contrário ficavam sempre um pouco ao sabor das pessoas que iam



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

investir. Terminou a sua intervenção questionando, mais uma vez, para quando o Parque Infantil da Praia de Mira, mantendo a sua oferta de pé. -----

-----O Sr. Deputado Prof. Luís Lourenço interveio e reportando-se ao largo do Colmeal disse que há dois meses tinham sido retirados uns plátanos que embelezavam o local os quais foram transpostos para o largo de merendas da barrinha ficando o largo do Colmeal completamente desventrado; que, era uma situação que urgia resolver para embelezar o espaço. -----

----- O Sr. Deputado Luís Filipe Barreto usou da palavra para dizer que tinha ficado surpreendido com as palavras do Sr. Presidente da Câmara; que, achava fantástico como é que alguém conseguia dizer que um partido que está na oposição na Câmara Municipal de Mira e no país, conseguia exercer pressão sob quem quer que fosse. Disse, enquanto dirigente partidário e membro de uma Assembleia, que gostaria de saber de que forma é que o empresário “Leal e Soares” tinha sido pressionado e ainda, que seria bom que o Sr. Presidente da Câmara encarasse que o empresário não passava de alguém que tinha interesses no Concelho de Mira, tinha uma empresa no Concelho de Mira e que queria continuar a estar no Concelho, que se sentia lesado e que tinha colocado num jornal o seu desagrado. No que dizia respeito à rede viária do Concelho de Mira disse que estava alterada, com a abertura da A17 ficava o IC1 mais liberto esperando que as portagens não tivessem um peso tão significativo quanto isso, lembrando ainda que apesar de ter sido uma obra do Governo tinha sido lançado o estudo de impacto ambiental no tempo do Dr. Santana Lopes, em 19 de Dezembro de 2004; que, tinha tido



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um chumbo no ambiente ou tinha sido adiado o prazo em Maio de 2005, por uma governação Socialista e tinha sido o mesmo estudo, segundo fontes do Jornal de Notícias, aprovado em Novembro do mesmo ano, logo após as eleições autárquicas. Relativamente ao IC12, segundo aquilo que lhe tinham dito, informação ainda não confirmada, estava o estudo de impacto ambiental até à Mealhada e tinha sido apregoado que era por falta de peso político que não ia até Mira. Questionou se era verdade que o estudo de impacto ambiental estava até á Mealhada e caso fosse verdade porquê que não estava até Mira e ainda, para quando a requalificação do IC1, antiga EN 109. Continuando, disse que tinha ouvido dizer que iria ser feito um Parque Desportivo na Praia de Mira, caso fosse verdade gostaria também de saber se era uma obra financiada na totalidade pela Câmara, se era do Turing ou se estava englobada em alguma política desportiva do Concelho. No tocante à Pescanova gostaria de saber quanto tinha sido o montante gasto, até ao momento, em infra-estruturas, quanto é que a Câmara Municipal de Mira estimava gastar até à concretização do contrato e se a Câmara Municipal fazia ou não intenção de, junto do Governo Central, nomeadamente do Eng.º José Sócrates, fazer algo idêntico àquilo que os Concelhos se preparavam para fazer na OTA; que, na altura em que o Sr. Eng.º José Sócrates era Secretário de Estado do Ambiente, aquela zona era rede natura, impedindo lá o campo de golfe e ao fim de 8 anos, por uma lei do Governo Central, a Câmara Municipal de Mira tinha ficado impedida de, sobre a parcela de terreno que era sua, efectuar qualquer obra; que, tinha havido uma condicionante em termos de ferramenta de Ordenamento do território que a



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara devia ser ressarcida, devia ser pedido ao Governo Central sem receios e independentemente da cor política que estivesse no governo. -----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal e começando pelas questões do Sr. Deputado Luís Lourenço disse que, o que tinha acontecido no Colmeal tinha sido a pedido da população, numa reunião que tinha feito com toda a população, por uma questão de saúde pública, nomeadamente problemas de asma e outros foi pedido que retirassem os plátanos e refizessem o largo. Quanto às questões levantadas pelo Sr. Deputado Dr. Juan António disse que retribuía toda a respeitabilidade, consideração e amizade que os unia há muito tempo mas não concordava com muitas coisas. Quando se intitula de “zua”, que queria dizer frontalidade, generosidade, coragem, homens do mar e tudo aquilo que tinha sido plasmado nas últimas jornadas culturais da Praia e quando, na intervenção do Sr. Deputado pondo em causa a intervenção do Sr. Presidente que apenas queria repor a verdade dos factos, não espelhava de facto essa verdade. Mais disse, que estavam no sítio certo para repor a verdade numa situação que tinha sido levantada e iniciada por alguém da bancada do Partido Social Democrata, com todo o direito e legitimidade, em jornais e que no sítio certo tinha posto o problema; que, aquilo que pretendia fazer era repor a verdade e se ser “zua” era de facto aquela coragem, a frontalidade e a verdade, a verdade do povo da Praia, a verdade da coragem da vida difícil que o povo sempre tinha tido e continuava a ter, então quando verificasse que de facto estavam reunidas todas as condições para o poder intitular por aquele nome, o seu amigo Juan António passaria também a ter a



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conotação de “zua” pelo Sr. Presidente. Rematou a questão dizendo que enquanto a verdade e a honra da Câmara Municipal não fosse reposta não se entendiam naquele ponto, não tinha nada a ver com respeitabilidade e amizade porque isso seria sempre intocável. Na questão do Parque Infantil, já tinham sido abertas as propostas e iriam, muito em breve, iniciar as obras no centro da Praia de Mira que para além de muitas outras coisas contemplava também o Parque Infantil. Quanto à hasta pública do Golfe, disse que o regulamento que estava aprovado tinha sido aprovado pela Câmara e pela Assembleia Municipal e era esse que estava em vigor e que iriam dar cumprimento; que, o assunto estava a ser tratado com o objectivo de que a hasta pública fosse feita ainda durante a época balnear. Continuando, disse que tinha ficado surpreendido com a intervenção do Sr. Deputado Luís Filipe Barreto, que não tinha feito nenhum ataque desenfreado em termos partidários, apenas se tinha indignado com tomadas de posições de empresários que nunca tinham tomado grandes posições, nos últimos quatro anos, sobre aquelas questões, nomeadamente o Sr. Leal e Soares e de repente a Câmara Municipal tinha começado a prejudicá-lo em todas as frentes, segundo o próprio, quando a Câmara Municipal até estava a fazer um Plano Pormenor para a Zona Industrial Pólo I, para resolver a questão do Sr. Leal e Soares, que ele próprio sabia porque tinha estado a acompanhar as reuniões com os serviços técnicos e Vereadores. A realidade era que estava a ser feito um Plano Pormenor para lhe resolver o problema porque como todos sabiam a empresa interessava ao Concelho. Relativamente à A17, disse que tinha ficado altamente surpreendido com a intervenção do Sr. Deputado Filipe



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Barreto; que a A17 era uma obra na totalidade dos Governos do Partido Socialista, começada por eles naquele mesmo salão, anunciada pelo então Eng.º João Cravinho quando andou de helicóptero na Figueira da Foz com o Dr. Santana Lopes. O IC12 tinha sido anunciado naquela mesma sala e na Paria de Mira também pelo Ministro João Cravinho, da ligação ao interior do país e a Espanha, entretanto em 2001 o Governo do Partido Socialista caiu e vieram os governos do Partido Social Democrata. Em 2003 e 2004 em governos do Partido Social Democrata o IC12 foi chumbado, mediante estudos de impacto ambiental e mediante algumas queixas das populações. Disse ainda que, juntamente com o Sr. Presidente da Câmara de Cantanhede, Dr. João Moura têm feito alguma pressão junto do Governo para que retomasse a questão difícil e complexa do IC12 que nunca devia ter sido abandonada. Com tudo isto, tinha ficado bastante surpreendido com todas as intervenções de falta de verdade e de rigor das questões. Falando ainda na rede viária, disse que o governo tinha acabado de lançar a ponte do Cabeço que, finalmente, já estava aberta ao trânsito e na questão da EN109 esperavam a todo o momento que viessem colocar um tapete na estrada, não era por falta de pressão da Câmara Municipal mas as coisas nem sempre aconteciam como se desejava. Na questão do Parque Desportivo na Praia de Mira alertou para que vissem o Plano Director Municipal e o Plano de Urbanização da Paria de Mira, aprovado também pelo actual Governo, que contemplava claramente o local do Parque Desportivo da Praia de Mira; que, estava ainda a decorrer em tribunal uma questão que iria ser resolvida brevemente e depois saberiam o que se iria fazer. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Em direito de resposta, o Sr. Deputado Luís Filipe Barreto, interveio para dizer que relativamente à falta de rigor e de verdade queria lembrar o Sr. Presidente da Câmara que se tinha limitado a fazer juízos de valor próprio de quem não conseguia ser imparcial em causa própria tendo um sentimento pelo Partido Socialista que estava ali em causa e não tinha desmentido em nada aquilo que tinha dito. Relembrou também que não tinha respondido à questão da Pescanova. -----

----- Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara informou que ascendiam a um milhão e cem mil euros e iria ser financiado em 75%. Rematou a questão dizendo que não estava a defender o Partido Socialista mas sim o Concelho, as obras não eram dos partidos, eram do Concelho. Aquilo que tinha dito era que a rede viária que tinham falado era da responsabilidade de governos do Partido Socialista, foi o caso do arranque do processo do IC12, da A17, da Ponte do Cabeço e da Variante à Praia de Mira. -----

----- Interveio novamente o Sr. Deputado Gabriel Pinho que começou por dizer que tinha ouvido com atenção a defesa da Sr.^a Eng.^a Paula quando referiu que fazia obras em dois meses e meio, gostava que lhe apresentasse a primeira porque tinha como exemplo uma junção de três terrenos que não tinha demorado dois meses e meio mas três anos e meio. Prosseguindo, disse que tinha datas concretas em sua casa e que não era verdade que tinha sido recebido uma série de vezes como a Sr.^a Eng.^a tinha referido; que, tinha feito a escritura em seu nome e depois tinha-o passado para a firma com seis meses e que da primeira vez que tinha sido recebido pela Sr.^a Eng.^a, a mesma lhe tinha dito para passar para nome da firma, estavam presentes dois técnicos da Câmara e o seu técnico



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também, afirmando que a melhor maneira de resolver o problema era em tribunal. Continuando, disse que bastava falar da situação em que a Sr. Eng.^a se tinha disponibilizado para ir com ele a Cantanhede ajudá-lo a resolver lá a situação, para merecer um processo disciplinar, estava a mandar um investidor para fora do Concelho. Por outro lado, relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Câmara disse que não queria atacar ninguém mas compreendia que estava a defender a sua funcionária, acrescentando que não era o único empresário a queixar-se, eram muitos outros também e isso veriam na reunião que o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia se tinha disponibilizado para agendar e debater o assunto e para ajudar o Concelho a desenvolver-se. Mais disse, que não retirava uma vírgula daquilo que tinha dito nem acrescentava nada, era tudo verdade o que tinha dito na última Assembleia e se os Engenheiros da Câmara Municipal não tiverem medo do seu lugar na Câmara e se disponibilizarem para falar a verdade resolviam o problema em tribunal e viam quem lhe iria pagar a indemnização; que, com mentiras não governavam vida com ele. Por outro lado disse que, o Sr. Presidente se tinha defendido muito bem quando tinha referido que não era homem para atrasar o Concelho e que tinha dito em plena campanha eleitoral e também numa Assembleia, cuja acta já tinha sido rectificadada três vezes, que era a favor dos empresários e do desenvolvimento do Concelho. Ainda na mesma Assembleia lhe tinha questionado para quando a Zona Industrial onde o Sr. Presidente da Câmara lhe tinha respondido que estaria pronta dentro de alguns meses e afinal já lá iam três anos. Com isto voltou a questionar para quando a Zona Industrial



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para que os industriais não continuassem a fugir do Concelho. Finalmente, para terminar disse que ia pensar seriamente em provar as suas verdades. -----

-----Eram dezasseis horas e quarenta e cinco minutos quando o Sr. Deputado Carlos Monteiro se ausentou da sala. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Carlos Milheirão e reportando-se à sua anterior intervenção disse que quando se tinha referido à construção de seis barracões queria na realidade referir-se à construção de cinco barracões mais um que lá existia danificado e que já devia ter ido abaixo. -----

-----O Sr. Deputado Dr. Juan António, no uso da palavra, disse que podia ter pedido a defesa da honra na intervenção do Sr. Presidente da Câmara relativamente às questões que tinha levantado anteriormente mas tinha optado por não responder, esperando que os documentos escritos reflectissem aquilo que tinha sido ali dito porque a interpretação que tinha sido dada, pelo Sr. Presidente, às suas palavras em nada tinha a ver com a sua intervenção. Sobre a legitimidade de o Sr. Presidente ter feito algumas considerações relativas a ser “zua” ou não, disse que continuava a ser a mesma pessoa e agir da mesma forma. Já tinha referido várias vezes que não vivia da política e que não tinha problemas em assumir uma cor política, embora não fosse militante era simpatizante e representava também uma faixa e uma população que o tinha eleito. Prosseguindo, disse que o Sr. Presidente tinha entrado por uns caminhos que, na sua opinião, não tinha sido muito correcto. Por outro lado, questionou relativamente à chamada casa da guarda-fiscal na Paria de Mira se estava num processo de justiça ou se tinha havido alguma intervenção



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Câmara Municipal perante os actuais proprietários, de chegar a um consenso e tentar resolver a questão de uma forma mais linear, numa negociação directa sem ir para os caminhos da justiça até porque se situava no coração da Praia de Mira tendo maior envolvimento. Referiu, que ainda bem que existiam as actas para poderem verificar chamadas de atenção que eram feitas constantemente e as respostas que eram dadas, quer tecnicamente, quer politicamente às questões. Rematou dizendo que o Sr. Presidente da Câmara tinha a responsabilidade de estar à frente do executivo e de ter que dar provas e prestar provas de estar à frente do Concelho. -----

-----Usou da palavra o Sr. Deputado Mário Manata para dizer que concordava com aquilo que o Sr. Deputado Gabriel Pinho tinha dito no tocante à ponte sobre a A17, acrescentando que já tinham feito um ofício e procuraram acalmar toda a população, para que no dia da inauguração não houvesse qualquer tipo de barulho. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, usou da palavra e começando pela última intervenção disse ao Sr. Presidente da Junta dos Carapelhos que a Câmara Municipal e o Presidente da Câmara também concordavam totalmente com a questão, estando solidário à segurança da vida dos cidadãos e da passagem das pessoas, apelando para que, juntamente com a Câmara Municipal, pressionassem e sensibilizassem quem de direito, o Estado, que era o dono da obra e quem tinha feito o projecto, para resolver a questão não esquecendo que de facto a A17, globalmente, era uma grande mais valia para o Concelho de Mira. Quanto à intervenção do Sr. Deputado Dr. Juan António na questão de ser “zua” disse que tinha ficado surpreendido porque o termo tinha sido



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

utilizado por ele e que tinha sido bastante claro em dizer que apenas pretendia a reposição da verdade dos factos para no fim assumir o erro ou para responsabilizar quem tinha mentido. No âmbito das questões levantadas pelo Sr. Deputado Gabriel Pinho disse que as ameaças em tribunal relativamente a uma funcionária da Câmara Municipal eram uma questão que ultrapassava o fórum da Assembleia Municipal, inclusive o Sr. Deputado já o tinha posto também em tribunal e tinha visto o resultado. Na sua opinião devia ir à luta pelo desenvolvimento do Concelho e da sua Freguesia, mas devia ir à luta com verdade. Na questão dos barracões na Praia de Mira disse que a obra estava muito melhor do que aquilo que lá estava e que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira a pouco e pouco, interiormente ia-se convencendo que era verdade reforçando a ideia que nunca lhe tinha mandado farpas porque quando lhe mandasse farpas fazia como o Sr. Deputado lhe fazia a ele que era, pessoalmente e com frontalidade.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal solicitou a passagem do ponto cinco do período da “ordem do dia” para o ponto um de modo a libertar a equipa externa que iria participar no ponto. -----

----- Eram dezoito horas e cinquenta e cinco minutos quando se iniciou um pequeno intervalo, tomando novamente a sessão às dezanove horas e quinze minutos. -----

----- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

----- **PONTO UM: “Emissão de parecer relativo ao plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro - Projecto Unir@ria”.** -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Usou da palavra o Administrador - Delegado da AMRia, Manuel Galante que num contexto histórico disse que a Associação de Municípios da Ria tinha sido criada sensivelmente em 1990 para dar respostas aos problemas da Ria, numa perspectiva integrada dado que por força dos fundos comunitários que começaram em 1986, começaram a colocar a questão de resolver problemas na área da poluição industrial e da poluição doméstica no sentido de desenvolver um grande projecto chamado Sistema Integrado da Ria de Aveiro, que a partir de 1996, face a dimensão do projecto, transitou para SimRia, ficando a AMRia despida daquele objecto inicial de formação, enquanto Associação procurando novas áreas de intervenção e novas tarefas . Actualmente quer o Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro, quer as acções de formação eram tarefas interdisciplinares que ajudavam a resolver problemas dos seus associados municípios. Continuando, disse que em 1996 o porto de Aveiro tinha passado de 2.^a classe a 1.^a classe sendo criada uma administração portuária que procurou dimensionar o porto numa perspectiva mais empresarial, desenvolvendo um projecto de expansão do porto de Aveiro. Foi na sequência daquele trabalho que a AmRia herdava da parte da APA a decisão de dar continuidade ao trabalho e alargamento do projecto. A partir de Junho de 2000, AMRia, o Conselho de Administração e a própria Assembleia Municipal assumia claramente, através de uma candidatura a fundos comunitários, de fazer o Plano Intermunicipal que visava uma intervenção no sentido da reabilitação e intervenção no âmbito da Ria de Aveiro valorizando e preservando a componente ambiental, lúdica, cultural e turística como potencial de desenvolvimento. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Seguidamente, usou da palavra a Dr.^a Olga Cravo, Técnica da Associação de Municípios da Ria que começou por explicar que o Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro – UNIR@RIA se tinha iniciado no quadro legal do Decreto-Lei 380/99. Prosseguindo, disse que o Plano era composto por duas peças fundamentais, relatório de plano e o relatório de modelo estratégico. O primeiro procurava fazer uma caracterização e um diagnóstico do território de forma integrada que, normalmente, era feita no âmbito do PDM e o segundo relatório que definia um pouco objectivos globais e estratégicos de intervenção e medidas de acção a implementar para a área geográfica da Ria. Disse, que o plano previa duas áreas de intervenção, uma área mais prioritária, mais restrita que abrangia o domínio público hídrico da envolvente à Ria de Aveiro, e uma segunda área que abrangia uma faixa de 2 km de largura envolvente a essa área prioritária, limites de freguesia abrangidas pela segunda faixa de intervenção, procurando também alguma continuidade territorial por questões de coerência, de análise e de intervenção. Abrangia 86 freguesias, uma superfície de 1500 km². Referiu também que o estudo de caracterização, no diagnóstico tinha sido definido sete unidades territoriais onde foi feita uma análise sectorial na área do Ambiente; Agricultura e Florestas; Imagem Urbana; Território População e Economia; Turismo; Acessibilidade e Transportes Terrestres; Náutica; Ordenamento e Gestão Territorial. Passando à parte do modelo estratégico que era a grande aposta do plano disse que o objectivo do modelo era qualificar o desenvolvimento sustentável da Ria e o território envolvente e tinham sido definidos três eixos estratégicos: a Ria



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

enquanto espaço natural privilegiado, um ambiente e uma paisagem a preservar; a Ria enquanto espaço socioeconómico e dinâmico, um conjunto de actividades a compatibilizar e a Ria enquanto espaço integral coeso, um território a gerir como um todo. Mais, disse que para cada um dos eixos estratégicos tinham sido definidos objectivos atingir, para o primeiro destacou a protecção ambiental dos recursos naturais do ordenamento da população urbana e a qualificação da paisagem, educação ambiental e a minimização de intervenção de impactos de outras actividades económicas, para o segundo eixo procurou-se definir cinco objectivos como a dinamização do sector de turismo, reconversão do sector agrícola, promoção das actividades tradicionais das actividades compatíveis com a conservação da natureza, melhoramento das acessibilidades e melhoramento das infra-estruturas de saneamento básico; que, para os objectivos serem concretizados foram também definidas acções prioritárias directas ou indirectas a desenvolver para cada um deles onde procuraram ver aquilo que os municípios estavam a fazer, que intenções e estratégias tinham para aquela área, pedindo a cada município que preenchesse uma ficha de identificação e caracterização dos projectos e dentro de cada projecto foi pedido também que os priorizassem, tendo o conselho de administração da AMRia definido quatro níveis de prioridade. O modelo estratégico definia algumas propostas estruturantes para além dos projectos que foram identificados para a área, por cada um dos municípios e no modelo estratégico surgia o modelo territorial onde tentaram esquematizar cartograficamente toda a localização do projecto, as propostas estruturantes, a localização para terem uma visão cartográfica do



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

território em termos de propostas. Foram definidas doze unidades operativas de planeamento onde Mira entrava na décima segunda, onde apresentou vinte projectos no âmbito do Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro. -----

----- Prossequindo a explicação o Administrador - Delegado da AMRia, Manuel Galante, disse que o conjunto dos projectos que constavam do Plano Interno Municipal eram 159, abarcando o conjunto dos dez municípios e que os projectos tinham graus de prioridade diferentes. Terminou, a intervenção depois de uma explicação mais pormenorizada relativamente à gestão e financiamento do Plano. -----

-----Eram dezanove horas e trinta minutos quando se ausentou o Sr. Deputado Carlos Milheirão. -----

-----Terminada a explicação, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia perguntou aos Srs. Deputados se queriam intervir. -----

-----O Sr. Deputado Luís Filipe Barreto interveio para dar os parabéns à Câmara Municipal de Mira, a todas as outras Câmaras que estavam envolvidas no projecto e também a todas as outras entidades que estavam envolvidas. Beneficiando a Ria, sairia beneficiado o Concelho de Mira porque ela tinha uma importância económica vital, quer em termos do turismo, quer em termos piscatórios. Era um bem que herdaram e deviam tratar dele e requalificá-lo, da sua parte e da parte do partido que representava era um gosto associarem-se àquela iniciativa que tinha vindo a passar por algumas dificuldades já há seis anos. Disse ainda que era um projecto que estava acima de qualquer cor partidária e de qualquer iniciativa. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Usou da palavra o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego para questionar como é que estava pensada a articulação entre o plano Intermunicipal e os outros instrumentos que tinham surgido no terreno, nomeadamente o Polis e o Prot-C. -----

----- Em resposta o Administrador - Delegado da AMRia, Manuel Galante confessou alguma dificuldade em responder à questão colocada, contudo disse que Mira tinha beneficiado ao longo do tempo da condição dupla entre o Sul e Norte e naturalmente iria continuar a usar essa capacidade. -----

O Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário apresentou a seguinte proposta que passou a ler: “Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro – UNIR@RIA. Para os devidos efeitos, nos termos do artigo 67º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei 316/2007, de 19 de Setembro, no âmbito da apreciação à versão final do supra citado plano se sugere que a Assembleia Municipal de Mira, tome conhecimento do teor do plano em epígrafe e emita parecer favorável ao mesmo, nomeadamente, às diversas intervenções nele previstas para o concelho de Mira, desejando que as mesmas sejam concretizadas de forma integral e articulada com os demais planos de ordenamento em vigor, sobretudo com o Plano Regional de Ordenamento do Território em fase de elaboração.-----

---- Mais se sugere à AMRIA que envide todos os esforços no sentido de fazer reflectir no PROT os projectos ora apresentados no Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro –UNIR@RIA”. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia agradeceu a presença dos representantes da AMRia e a gentileza de lhes terem apresentado o plano estratégico. -----

---- Procedeu-se à votação do ponto, tendo sido o mesmo **aprovado por unanimidade**.

---- **PONTO DOIS: “Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”.** -----

---- O Sr. Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, disse que a autarquia vivia ainda uma situação financeira de algumas preocupações, no entanto tinha vindo a melhorar o que era sempre uma boa notícia. Explicou que a capacidade de endividamento líquido do município tinha vindo a diminuir, em 13 de Setembro de 2006 era de 5.789.613,37€ chegando a 31 de Dezembro de 2007 com 1.481.497,02€, tendo aumentado ligeiramente à data de 8 de Abril de 2008 para 2.177.609,23€ devido a obras que tinham sido assumidas. Continuando disse que existia também o relatório do Presidente da Câmara que era todo um conjunto de obras, daquilo que tinha sido feito e que estava a ser feito em termos de projectos, em termos de todos os sectores de actividade, relativamente à topografia, ao planeamento da obras, desenhos, engenharia, arquitecturas, empreitadas e toda uma serie de documentação de intervenções dos vários sectores do funcionalismo da autarquia, a nível da UNIVA, na parte da componente social, componente turística e outras. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- O Sr. Deputado Dr. Juan António, usou da palavra e começou por dizer que provavelmente tinha havido um equívoco nas palavras do Sr. Presidente da Câmara, quando referiu que a capacidade de endividamento tinha vindo a diminuir e na realidade não era o que estava a acontecer, era apenas o endividamento que tinha vindo a diminuir e não a capacidade de endividamento. Sobre o relatório disse que não tinha conseguido analisá-lo correctamente nem dedicar sobre ele a atenção que merecia porque tinham tido algumas dificuldades com a primeira experiência do envio de material por email. Elogiou os serviços técnicos da Câmara Municipal que tinham colaborado porque tinha vindo a ser sentida uma melhoria significativa na informação que lhes tinha sido prestada. Mais, disse que as senhas não deviam ser dadas apenas aos líderes parlamentares mas a todos, porque era impossível imprimir toda aquela informação numa impressora normal como as que tinham em casa. -----

---- PONTO TRÊS: “Apreciação e votação, nos termos do previsto na alínea c), do nº. 2, do artº. 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos documentos de prestação de contas do ano de 2007 e inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do ano de 2007”.----

---- O Sr. Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra para a explicação do ponto, disse que pela primeira vez todos os bens patrimoniais tinham sido objecto de cadastro, cada divisão seria responsável pelo seu material e aquilo que se podia concluir do amontoado de papeis era que existia uma boa execução ao anteriormente apresentado, havia um saneamento financeiro significativo, liquidando dívidas de anos



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

anteriores, uma redução do nível de endividamento líquido e o cumprimento dos limiares do endividamento de 2007, igualmente o cumprimento dos limites de despesa com pessoal, tendo sido a taxa de execução das mais altas, há muitos anos a esta parte. Terminou, em género de conclusão dizendo que *“A autarquia de Mira, vive hoje num cenário mais optimista fruto duma gestão conscienciosa que visa dotar o concelho de mais e melhores equipamentos, concretizar a criação de infra-estruturas básicas essenciais que infelizmente ainda faltam em algumas povoações. Contudo, numa fase de grandes dificuldades a nível nacional e que também se reflectem na gestão municipal, tem sido possível levar a cabo um grande conjunto de obras infra-estruturantes. É preciso realismo na gestão; é preciso ter a consciência de que é preciso fazer opções, é preciso decidir, escolher; é urgente diagnosticar as carências mais prementes para melhor poder perspectivar e planear o futuro. Pela análise dos documentos anteriormente apresentados é obvio que as dificuldades da autarquia não estão ainda completa e decisivamente debeladas, mas hoje já é possível perspectivar o futuro com nova esperança! As dificuldades que reconhecemos existir exigem-nos uma maior determinação, um maior realismo e um maior rigor na acção! Neste último ano foram dados muitos passos importantes no sentido de poder alterar o cenário com que nos deparamos no início deste mandato, temos a consciência do trabalho de contenção feito e do rigor impresso à gestão! A gestão municipal de hoje necessita de um grande profissionalismo e duma elevada dose de responsabilidade, é preciso que a administração autárquica seja cada vez mais encarada com rigor, de uma forma*



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

responsável, e tendo em vista uma cada vez maior eficácia e eficiência, onde os resultados económicos são importantes mas onde a criação de melhores condições para as populações, a afirmação do concelho como um “concelho de futuro”, atractivo em termos turísticos, em termos de qualidade de vida e em termos empresariais seja aquilo que deve nortear toda a organização. As dificuldades ainda são muitas, mas a vontade e a determinação de fazer mais e melhor mantém-se inalterável! -----

-----Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário, usou da palavra e disse que os quadros davam uma imagem daquilo que se passava na Câmara de ano para ano. Realçou a taxa de execução orçamental por parte da despesa, nomeadamente a despesa de capital que andava na ordem dos 16% tinha passado para 41%, espelhando o trabalho feito. Nas receitas correntes referiu o ponto da comparticipação do IVA que tinha baixado bastante, pedindo aos serviços explicação sobre o assunto. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Juan António tomou da palavra e depois de ter ouvido a explicação do Sr. Presidente gostaria de estar tão optimista quanto ele, era sinal que as coisas em Mira estavam no bom caminho. Disse, que de facto alguns progressos tinham sido feitos, mas havia situações de carácter excepcional que tinham de ser salientadas como a entrada de dinheiro com a Pescanova, que era uma receita extraordinária que tinha um certo impacto. Prosseguindo, e pegando nas palavras do Eng.º Coquim diria que uma execução de 40% nas despesas de capital era baixa atendendo a que se tratava de obras de investimento e atendendo a que tivessem elevadas receitas extraordinárias. Por outro lado, aparecia também visível o impacto que tinha tido o aumento do IMI



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sobre os imóveis face aos anos anteriores, cerca de 33,3% que tinha passado de 760.000,00€ para 1.017.000,00€ e ainda que havia uma diminuição significativa do endividamento da Câmara mas que o dinheiro tinha sido gasto, não em grandes investimentos a decorrer mas sim em despesas correntes, o que representava um aumento de 17%, face ao período homólogo do ano anterior e que era também visível um aumento muito significativo associado às despesas com pessoal. Terminou referindo que não colaborava do optimismo exagerado que tinha sido manifestado pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Luís Miguel Mingatos que começou por referir que não tinha trazido o quadro porque tinha-o emprestado a alguns colegas, dado às dificuldades técnicas que alguns colegas tinham tido. Prosseguindo, pediu esclarecimentos sobre o endividamento porque era sempre dito que tinha vindo a melhorar e que o valor indicado iria sofrer uma mutação no curto prazo. Disse, que tal como tinha sido dito pelo Sr. Presidente da Câmara, em 31 de Dezembro de 2007, o endividamento líquido era de 1.481.000,00€ mas depois as dívidas de empréstimos já eram 5.315.000,00€ e os compromissos que o Sr. Presidente tanto tinha falado no início do mandato estavam compromissos por pagar na ordem dos 3.086.000,00€. Na realidade gostaria de saber quais eram os projectos e as receitas que estavam a dar origem àquela discrepância de valores. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara Municipal relativamente ao comentário do Sr. Deputado Dr. Juan António entendia que tinha havido um aumento substancial e que era



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

louvável relativamente à execução. Na questão do IMI e relativamente à intervenção do Sr. Deputado Dr. Luís Mingatos pediu autorização para que a Dr. Cristina Morais e o Dr. João Oliveira pudessem intervir a fim de esclarecer os Srs. Deputados. -----

-----Usou da palavra a Dr.^a Cristina Morais, que começou por esclarecer uma questão relativamente ao mapa das transferências correntes e explicou que antes da entrada em vigor da Lei das Finanças Locais que tinha entrado em vigor em 2007, as verbas provenientes do Orçamento de Estado dividiam-se em três componentes: o fundo geral municipal; o fundo coesão municipal e o fundo base municipal que era igual para todos os municípios. Com alteração à lei das finanças locais em 2007, houve uma alteração das verbas provenientes do Orçamento Geral de Estado, nomeadamente na designação e subdivisão das mesmas verbas. Actualmente tinham o antigo FEF, uma parte de fundo social municipal para financiar as despesas de educação, acção social e tinham a participação fixa no IRS. Prosseguindo, disse que em termos de rubricas orçamentais foram substituídas e acabavam por se ligar entre si, na prática eram conceitos e situações diversificadas pelo que não se podia fazer um comparação directa. Disse que a rubrica orçamental se tinha mantido com uma descrição adaptada à nova realidade e à nova lei das finanças locais. Relativamente ao conceito de endividamento líquido explicou que era a diferença entre os passivos financeiros e os activos financeiros, numa perspectiva de balanço entravam todas as contas para endividamento líquido excepto a conta 2745 que era aquela que tinha a ver com acréscimos e deferimentos, com proveitos deferidos de fundos comunitários. Continuando, disse que na realidade, em



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

termos contabilísticos os compromissos eram relevados apenas na esfera orçamental, existia uma conta contabilística que era a classe 25 que fazia a ligação entre a contabilidade orçamental e a contabilidade patrimonial. Por norma e atendendo à especificidade da aplicação informática, a conta 25 estava permanentemente saldada, acontecendo que a Câmara podia ter contratos, estando relevados financeiramente e orçamentalmente, eram tratados numa classificação da conta 026 à conta 027, não tendo repercussão no balanço, apenas quando os compromissos davam azo à facturação, era lançado o documento entidade credora e teria a repercussão para efeitos de balanço. Rematou dizendo que aquela era a questão da diferença quando falava em compromissos assumidos e quando falava no conceito de endividamento líquido, na perspectiva de balanço.-----

----- Usou também da palavra o Dr. João Oliveira para relativamente ao IMI dizer que era uma questão que acabava por ser corrente porque já tinha sido aflorada ao longo do ano relativamente ao eventual acréscimo que as receitas estavam a ter relativamente a períodos anteriores. Continuou, dizendo que também era certo que já tinham sido afloradas as razões que para isso tinham contribuído e a principal razão em seu entender tinha sido, por um lado uma maior eficiência da máquina fiscal e por outro a recuperação de um conjunto substancial de avaliações que estavam empatadas há vários anos, tendo sido feitas actualmente em catadupa tendo o efeito financeiro de uma só vez. Acrescentou que provavelmente aquele efeito não se iria repetir no futuro



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parecendo-lhe que algum acréscimo, relativamente a períodos passados deverá haver algum aconchego em termos da tributação. -----

-----Interveio novamente o Sr. Deputado Dr. Luís Miguel Mingatos o qual, disse que sabia que os técnicos faziam muito bem o trabalho mas ainda não tinha ficado esclarecido relativamente ao endividamento em si e qual a explicação para a discrepância entre 1.800.000,00€ que aparecia como endividamento líquido e os 5.315.000,00€ de empréstimos. -----

----- Novamente a Dr.^a Cristina Morais usou da palavra para explicar que os compromissos assumidos tinham a ver com todos os contratos que o tinham assumido, grande parte dos contratos ainda não tinham facturação e como tal esse valor não aparecia relevado no endividamento. Disse ainda que tinha também a ver com uma característica específica da aplicação informática e da articulação entre as diferentes contabilidades, uma era da esfera orçamental outra da esfera patrimonial que pela fórmula de cálculo os compromissos assumidos não eram relevados para efeitos de endividamento. Para efeitos de endividamento apenas relevavam os valores que deviam a terceiros e os valores que tinham a receber de terceiros nomeadamente, as obrigações para com os terceiro, dívidas ao banco, dívidas a fornecedores, deduzindo do valor em caixa, em depósitos à ordem e das dívidas das receitas que tinha a cobrar de terceiros, era o conceito de endividamento líquido e era daquela forma que ele era calculado, a parte do passivo (aquilo de devia) menos o activo (aquilo que tinha a receber de terceiros). -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Sr. Deputado Dr. Juan António interveio novamente e começou por referir que a Dr.^a Cristina tinha utilizado genericamente aquilo que estava estipulado no artigo 36.º que no fundo era a definição de endividamento mas a questão do Sr. Deputado Dr. Luís Miguel Mingatos era outra. Explicou que tinha a ver com a parte do que era ilegível e o que não era, era evidente que se não existia factura não podia ser lançada, acabava por ser uma responsabilidade assumida mas que não contava para efeitos de endividamento, não entrava no conceito mas era um compromisso que a Câmara tinha e que só seria ilegível quando ambas as partes o reconhecerem ou seja com a titulação da factura. -----

-----Dado que mais ninguém desejou intervir, foi submetido o ponto à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria** com nove votos favoráveis do PS e nove abstenções do PSD. -----

----- **PONTO QUATRO: “Aprovação, nos termos do previsto na alínea b) do n.º 2, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, da 2.ª Revisão Orçamental e 2.ª Revisão ao PPI e AMR’s do ano de 2008”.**-----

----- O Sr. Presidente da Câmara, no uso da palavra, disse que a questão prendia-se sempre com a questão dos reforços e das diminuições, à medida que a questão ia avançando iam surgindo questões além das grandes opções que tinham no início dos mandatos e no início dos anos civis, havia uma maior aposta em termos de reforços, sobretudo nas despesas de capital, de investimento, destacando a educação, obras de urbanização, compromissos assumidos pela autarquia, nomeadamente na ampliação e



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

remodelação da escola do Casal de S. Tomé e uma aposta clara e com coragem que era na questão do saneamento do Casal Sobreiro, Largo de Portomar, Areal e outros e até porque existiam questões de saneamento que já estavam implementados e que não funcionavam sem aquelas ligações. Rematou dizendo que não se preocupava em fazer obras que não fossem atractivas perante a visibilidade pública e do cidadão mas estavam preocupados em tomar opções de coragem relativamente ao futuro do Concelho. Mais, disse que continuavam com uma listagem enorme de reforços de obras que não era possível fazer sem a Assembleia aprovar a proposta e no campo das diminuições tinham algumas situações que tiveram de fazer opções porque existiam processos que necessitavam de melhor reflexão. Existia também uma situação de mudança de saneamento para sistema de drenagem de águas e de passeios, na zona sul do Concelho que tinha sido um lapso que tinha ficado no orçamento como saneamento e devia ter ficado como passeios. Na parte de despesas com pessoal disse que não havia pessoal a mais, existiam era novos compromissos da competência da Câmara Municipal relativamente a questões de educação, aquisição de bem e serviços e outros. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António que começou por alertar para a existência de um erro na página 6, na rubrica 0401 07030307 – Serviços de Água que falava em Abastecimento de Água na Rua das Palmeiras (Praia de Mira) e não existia nenhuma Rua das Palmeiras na Praia de Mira. Questionou, no Reforço Obras e Urbanização e que na última Assembleia o Eng.º Rui Silva tinha feito uma explanação



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da obra que ia ser realizada no estacionamento do Campo do Turing, se estava só em projecto ou se já tinha sido feito mais alguma coisa. -----

----- Em resposta à última questão o Sr. Presidente da Câmara disse que a obra estava em fase de adjudicação, tinham sido abertas as propostas e verificaram que não havia cabimentação orçamental. -----

----- Continuando, o Sr. Deputado disse que da análise que tinha feito, verificou que as verbas destinadas ao turismo pecavam por escassas e na questão das zonas industriais disse que tinham que apostar fortemente na divulgação e resolver os processos de natureza administrativa e jurídica para que as zonas industriais ficassem prontas a ser comercializadas ou utilizadas pelos utentes, caso contrário, acabariam por ser zonas industriais um pouco virtuais. -----

----- Para terminar, o Sr. Presidente da Câmara referiu que a intervenção do Sr. Deputado era um contributo e que também gostava de ver mais, em questões turísticas a nível de infra-estruturas que estavam no terreno. Na questão dos pólos industriais, o pólo II estava resolvido e tinham tido um grande trabalho de sensibilização dos empresários no sentido deles apresentarem os projectos na Câmara Municipal para serem licenciados. -----

-----Procedeu-se de seguida à votação, tendo o assunto sido **aprovado por maioria**, com nove votos a favor do PS e nove abstenções do PSD. -----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O Sr. Deputado Dr. Juan António interveio para dizer que a abstenção da sua bancada prendia-se com o facto de não terem visto naquele relatório as grandes opções do plano; que, a Câmara estava a fazer um pouco trabalho diário, devia ser mais ousada nalguns processos. -----

----- **PONTO CINCO: “Declaração de interesse público municipal – Equipamento Municipal (Armazém)”**.-----

-----No uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara disse que estava de acordo com o plano porque o terreno onde estavam a ser feitos os armazéns, estava no espaço de ocupação condicionada e portanto era apenas uma questão de legalização e de formalidade de uma situação que já estava no terreno. -----

-----Não se tendo verificado mais intervenções, passou-se à votação do ponto tendo sido o mesmo **aprovado por unanimidade**. -----

-----**PONTO SEIS: “Coeficientes de zonamento/localização (CIMI) – Tomada de conhecimento.”**-----

---- Usou da palavra o Dr. Ângelo Lopes o qual deu uma explicação relativamente ao ponto em questão e informando disse que: “ *Na sequência do trabalho desenvolvido pelos peritos locais com a colaboração dos interlocutores municipais, foi presente proposta de Zonamento 2008 à DGITA - Direcção Geral de Finanças;* -----

----- *Em relação ao trabalho apresentado na reunião de Executivo datada de 11 de Outubro de 2007, registaram-se um conjunto de alterações/correcções propostas pelo perito regional, aceites pelos peritos locais e interlocutores municipais, desde que essas*



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alterações não implicassem aumento do coeficiente em relação à proposta já apresentada.-----

---- Realizou-se a harmonização de valores de forma a que os coeficientes terminem em (0) ou (5), e realizou-se aumento da faixa de abrangência das zonas de forma a não existirem coeficientes de localização diferentes no mesmo prédio. A proposta de novos coeficientes de localização mitiga as situações de injustiça detectadas, ou seja: -----

--- os CL são mais ajustados ao valor real de mercado dos prédios; -----
foi utilizada uma base geográfica que permitiu eliminar os erros da subsecção estatística; -----

---- harmonização dos CL; -----

---- descida genérica dos CL”.-----

--- Interveio o Sr. Deputado Eng.º Virgílio Cravo Roxo para dizer que no método antigo a avaliação era feita pelo rendimento e que o primeiro zonamento tinha sido feito baseado no que existia anteriormente. Explicou que a média do coeficiente de localização no Concelho, na década de 80 e 90 era 0,92 e todos os coeficientes que tivessem abaixo dos 0,92 para a percentagem 3/1000, e não 4/1000 como vigorava actualmente. Disse, ainda que o 1.2 que estava no centro da Vila com o 0.6 que estava no Arneiro, a média dava 0.90, portanto o 0.92 era o que vigorava na década de 90. -----

--- **PONTO SETE: “Aprovação do programa e condições da hasta pública para atribuição de lugares fixos para o exercício da actividade de Venda Ambulante na**



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Praia de Mira, em cumprimento do previsto na alínea i), do n.º 2, do art.º 53.º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”.

-----Dado que ninguém desejou intervir, submeteu-se à votação a proposta, tendo sido **aprovado por unanimidade.**-----

----- **PONTO OITO: “Aprovação, nos termos da alínea m), do n.º 2 do art.º 53.º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, do Contrato de consórcio – Operação + Maria 2007-2009”.**-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal explicou que era um contrato de consórcio entre os municípios da AMRia, estava relacionado com candidaturas ao QREN.-----

----- Tomou da palavra o Sr. Deputado Dr. Juan António para dizer que a candidatura era interessante mas ia de encontro àquilo que já tinha referido e reportando-se à pagina 15 disse, que no pessoal de atendimento autárquico, analisando as diversas Câmaras, no valor pré projecto e pós projecto aparecia um benefício para a Câmara Municipal de Mira -10, o que era evidente que existiam pessoas a mais alocadas a determinados serviços, quando podiam ser rentabilizadas noutros sítios.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Dr. Miguel Grego, usou da palavra para explicar que o projecto tinha que ser lido e verificava-se que era o número de funcionários no pré projecto, se tinham mais áreas envolvidas nomeadamente, obras particulares, logo tinham mais funcionários e acrescentou que podiam verificar que eram o município que tinham mais desmaterialização de serviços, aqueles que iriam entrar mais a fundo na desmaterialização de todos os serviços, se afectavam mais áreas



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

logo tinham mais funcionários. O projecto particularmente tinha Taxas e Licenças; Expediente; Tesouraria; Obras Particulares; Gabinete de Gestão e Sistemas de Informação, enquanto outros afectavam apenas Taxas e Licenças ou apenas as Obras; que, interessava ler os projectos a que cada Município candidatou. Disse, ainda que era os mais ambiciosos a retirar pessoas desmaterializando os meios que estavam ficariam afectos a um outro serviço e aqueles serviços passariam a fazer no estilo de loja “de uma só paragem”, que era aquilo que o Estado queria passar para os municípios, algumas das funções que hoje estavam cometidas a alguns órgãos da Administração descentralizada, nomeadamente a emissão de passaportes que pertencia aos Governos Cívicos e passariam para as Câmaras Municipais e outros serviços. -----

-----Novamente, o Sr. Deputado Dr. Juan António para agradecer a explicação do Sr., Vereador e ainda para dizer que havia Câmaras que conhecia bastante bem e que estavam num estágio diferente do da Câmara de Mira, embora tenha tido algum pioneirismo nalguns sectores. Acrescentou que o custo/benefício da candidatura era interessante e a Câmara tinha que ir por aquele caminho. Disse ainda que tinha tido oportunidade de dizer, num anterior mandato, onde também tinha feito uma alusão a um técnico presente que era o Dr. Ângelo Lopes, que tinha verificado com algum agrado que tinha havido um projecto que tinha levado em mãos da Câmara Municipal, do serviço de obras e alguém lhe tinha dito que era pena a Câmara de Aveiro não estar tão evoluída naquele aspecto que tinha a ver com a cartografia, ficando assim o elogio aos serviços. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Relembrando o Sr. Deputado Dr. Juan António, interveio o Sr. Presidente da Câmara Municipal que informou que a questão do cadastro era de 1996. -----

-----Procedeu-se de seguida à votação, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade**. -----

-----**PONTO NOVE: “Aprovação, nos termos da alínea a), do n.º 2 do art.º 53.º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, do Regulamento, Tabela de Taxas e Receitas do Município de Mira”.** -----

-----Não tendo havido intervenções, procedeu-se à aprovação do ponto tendo sido **aprovado por maioria** com nove votos a favor do PS e nove abstenções do PSD. -----

-----**PONTO DEZ: “Associação de Municípios do Baixo Mondego – Tomada de conhecimento do valor da quota anual do Município de Mira”.** -----

-----Não se tendo verificado intervenções foi o ponto dado por encerrado. -----

-----Terminada a agenda de trabalhos da sessão, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia foi solicitada ao plenário autorização para assinatura em minuta da acta respectiva, tendo a mesma sido concedida por unanimidade. -----

----- O Sr. Deputado Gabriel Pinho, usou da palavra para convidar toda a Assembleia a festejar os 30 anos da sua firma a celebrar no dia 24 de Maio.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal convidou também toda a Assembleia a participar na VIII Gândara e Planta e IV Feira dos Grelos que iria decorrer de 24 a 27 de Abril, no Jardim Municipal de Mira. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---ENCERRAMENTO: -----

----- E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo vinte e uma horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artº. 92.º da Lei 169/99, de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro. -----

